

**O MODO DE VIDA DAS FAMÍLIAS INDÍGENAS ATIKUM E A SUA
REELABORAÇÃO ÉTNICA NAS ÁREAS DE TRANSIÇÃO
CERRADO/CAATINGA**

**THE WAY OF LIFE OF ATIKUM INDIGENOUS FAMILIES AND THEIR
ETHNIC REWORKING IN THE CERRADO/CAATINGA TRANSITION
AREAS**

Édila Bianca Monfardini Borges ¹

Valney Dias Rigonato ²

Resumo

Diante do desafio de re-existir frente ao processo de expansão do agronegócio em áreas de transição Cerrado/Caatinga, este artigo objetiva apresentar como é desenvolvido o modo de vida das famílias indígenas Atikum no assentamento de Reforma Agrária Benfica em Angical – Bahia. Para tanto, pautou-se no enfoque etnogeográfico: trata-se de uma via específica de análise qualitativa de Pesquisa – Ação – Participativa, em que foi possível vivenciar o cotidiano dos remanescentes supracitados, além de procedimentos metodológicos como: a confecção de mapas mentais de evolução da comunidade produzidos por crianças indígenas e sua relação com o lugar vivido, diagrama de Venn, que demonstra a espacialidade de órgãos públicos que prestam apoio ao assentamento, e a árvore do problema (DRP, 2016) produzidos por adultos indígenas em que externalizam as principais questões a serem superadas. A pesquisa identificou que mesmo invisibilizados, a família Atikum tenta se afirmar enquanto sujeitos de uma área que não é demarcação indígena, por meio de um processo contínuo de ressignificação da sua identidade étnica.

Palavras – Chave: modo de vida, reelaboração étnica, indígenas Atikum

Abstract

Faced with the challenge of re-existing in view of the agribusiness expansion process in Cerrado/Caatinga transition areas, This article aims to present how the way of life of Atikum indigenous families is developed in the Reforma Agrária Benfica settlement, in Angical - Bahia. Therefore, it was based on the ethnogeographic approach: it is about a specific way of qualitative analysis of Research - Action - Participatory, in which it was possible to experience the daily life of the remaining aforementioned, in addition to methodological procedures such as: the making of mind maps of community evolution, produced by indigenous children and their relationship with the lived place, Venn diagram, which demonstrates the spatiality of public entities that support the settlement, and the problem tree (DRP, 2016) produced by indigenous adults in which they externalize the main issues to be overcome. The research identified that, even invisible, the Atikum family tries to assert itself as subjects of an area that is not indigenous

¹ Mestranda em Geografia pelo programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – campus Porto Nacional. biancamonfardini@gmail.com

² Professor do curso de graduação em Geografia da Universidade Federal do Oeste da Bahia – campus Barreiras. rigonatogeo@gmail.com

demarcation, through a continuous process of resignification of their ethnic identity.
Keywords: Way of life, Ethnic reworking, Atikum indigenous families.

Introdução

Nas últimas décadas, a realidade dos indígenas remanescentes Atikum no Cerrado do extremo Oeste baiano não difere do cenário nacional. No interstício de um longo processo de re-existência tentam desenvolver o seu modo de vida em meio a vertiginosa frente de expansão do agronegócio que desconsidera a presença dessas famílias.

Neste contexto, o presente artigo propõe debater acerca do modo de vida dos indígenas Atikum no assentamento de Reforma Agrária Benfica em Angical – Bahia, bem como, o itinerário de lugares que influenciaram no processo de reelaboração étnica desse grupo indígena. Ao longo da pesquisa, identificamos que o principal entrave é morar em uma área que não é demarcação indígena, aliada ao desinteresse da Fundação Nacional do índio (FUNAI) em viabilizar uma política de assistência habitacional de terra indígena para essas famílias.

Nesta pesquisa etnogeográfica, fez-se necessário a convivência para compreender significados antes desconhecidos: o atual modo de vida das famílias na comunidade, as suas manifestações socioculturais, as geografias vividas pelos lugares em que passaram e como essa realidade influencia na resignificação identitária. Desse modo, buscamos adentrar e participar da/ na organização espacial do assentamento e ações cotidianas do grupo Atikum.

Diante dos apontamentos, destacamos que é necessário refletir sobre o que e como os sujeitos indígenas Atikum vivenciam em seu dia a dia. Quais atividades são imprescindíveis para que se sintam pertencentes a essa nova área de moradia, bem como, uma forma de resistência e reelaboração de sua identidade étnica.

Para melhor compreensão, iremos trabalhar neste artigo os seguintes tópicos: o itinerário etnogeográfico dos indígenas Atikum; A arte da pesca; O Toré como meio para a reelaboração étnica Atikum.

O itinerário etnogeográfico dos indígenas Atikum

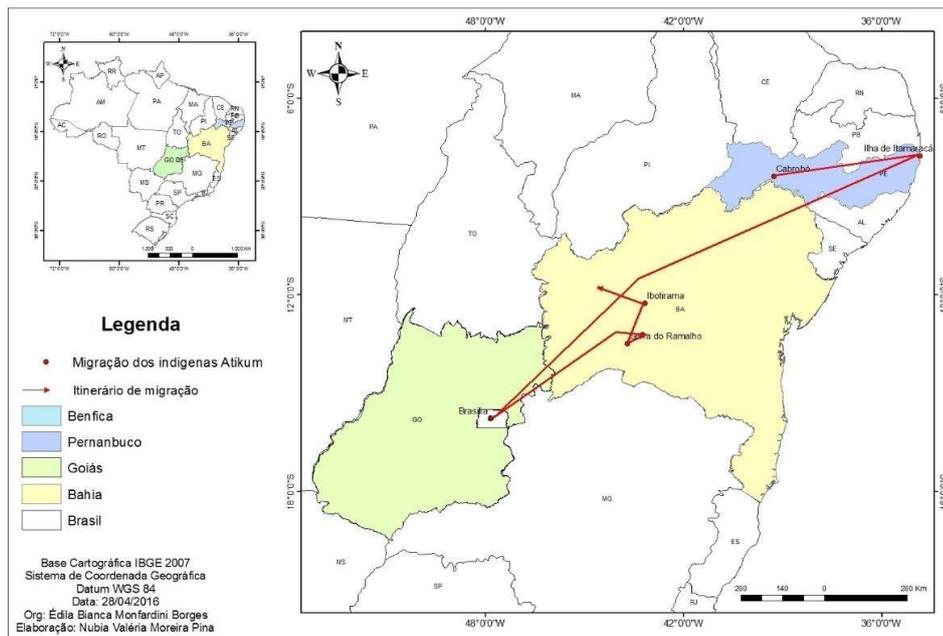
O Cerrado exerce papel fundamental na vida dos remanescentes de populações pré-históricas que iniciaram o povoamento das áreas interioranas do continente sulamericano. [...] Os processos socioculturais indígenas que se seguiram desde então, possuem estreita relação com esse sistema biogeográfico que se revela como um dos fatores decisivos no modo de vida das populações indígenas (BARBOSA, 2008) em geral, e dos Atikum em específico.

Segundo (ALMEIDA, 2009) historicamente os homens sempre se deslocaram. As causas que os motivam, contudo, é que são distintas, tanto nas condições de locomoção, quanto nos significados que são atribuídos entre aqueles de onde saem os imigrantes e aqueles que os acolhem.

A vivência itinerária dos remanescentes Atikum é atravessada por lugares, paisagens, sabores e dissabores. Oriundos de Cabrobó no estado do Pernambuco onde viviam em aldeamento, foram remanejados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e designados para outra área na ilha de Sansão no mesmo estado. Porém, não fixaram moradia devido a inexistência de condições básicas de sobrevivência e não terem meios para se sustentarem, o que os levaram a migrar para Brasília - DF no idos de 1987.

Conforme podemos observar no cartograma abaixo (Figura 1), permaneceram por pouco tempo no Distrito Federal e logo em seguida se dirigiram para o Oeste da Bahia: primeiro se estabeleceram na cidade de Bom Jesus da Lapa, à espera de uma área para moradia, posteriormente conseguiram um pedaço de terra em Serra do Ramalho, também em uma terra indígena. No entanto, cada grupo indígena possui o seu sistema de sobrevivência e os que já moravam em Serra do Ramalho - indígenas da etnia Pankararu - se diferenciavam dos Atikuns, e entraram em divergência quanto aos seus costumes e modo de vida.

Figura 1: Cartograma de migração dos indígenas Atikum



Fonte: DRP (2006) Org. Borges (2016)

Tal contexto revela o que (HAESBAERT, 2040) trata de multiterritorialidade cultural, na qual, há territórios como o descrito no parágrafo acima, que são culturalmente mais vedados, no sentido de que há grupos – e nesse caso os indígenas Pankararu – territorializados (internamente) ao passo que são desterritorializantes na sua relação com grupos de outros territórios e etnias, que deles foram excluídos, nesse caso, os indígenas Atikum.

Isso remete ao fato de que embora exista grupos como os indígenas das duas etnias supracitadas, com os “mesmos” históricos de lutas e reivindicações, nem sempre vai haver o diálogo intercultural, por que estamos imersos em um processo colonizador que desterritorializa os grupos, embora desse processo oportuniza novas reterritorializações (HAESBAERT, 2004).

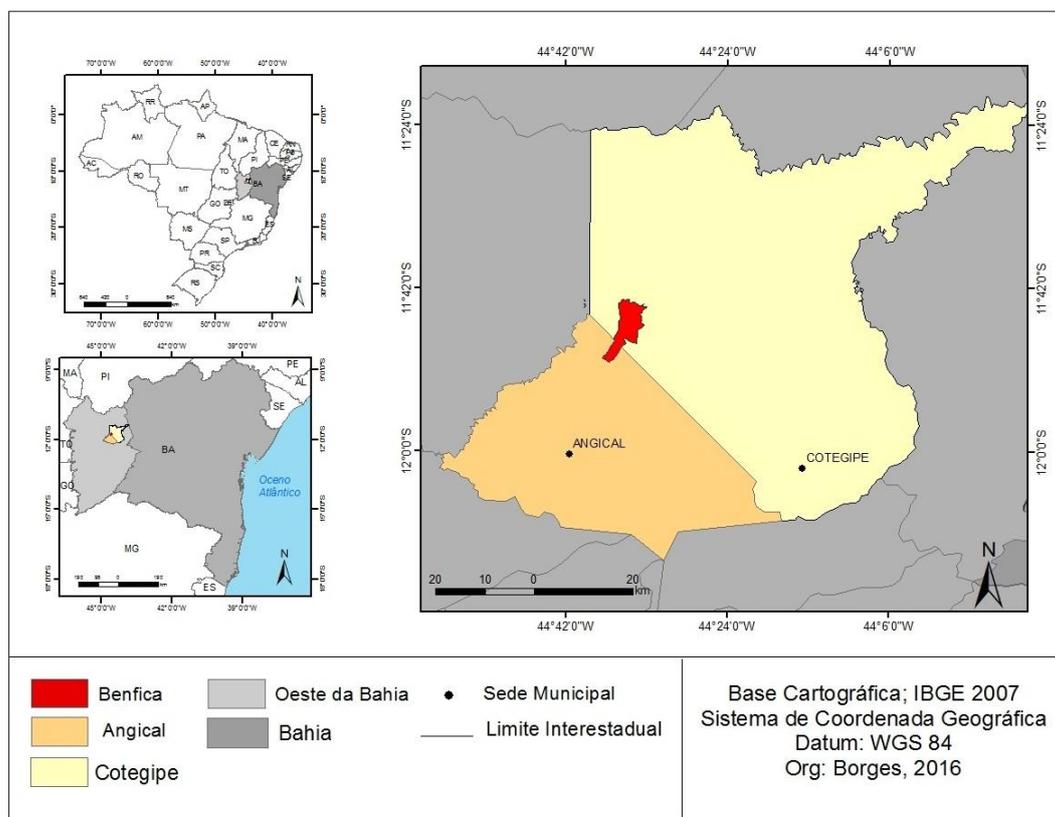
A partir desse conflito e da demora em conseguir uma demarcação de terra pela FUNAI, alguns parentes da família dos indígenas Atikum seguiram para o estado de Mato Grosso, e o cacique e sua família migrou em 1989 para Ibotirama onde conseguiram uma terra provisória no povoado da Ilha Grande. Acontece que este povoado é ribeirinho, e todos os anos na época das estimativas de precipitação os

moradores são obrigados a fazer puxadas de casas devido as enchentes que inundam as terras, já que não eram muito entrosados com os indígenas Tuxá que também vivem nesta área.

Após tomar conhecimento das terras disponíveis do lado esquerdo do Rio São Francisco, em 1991 conseguiram junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) lotes no assentamento Benfica em Angical – BA. Ao longo desses anos, os indígenas Atikum adaptaram seus costumes, alimentação, cultura, vestimentas, lazer, etc., da mesma maneira que os demais habitantes do assentamento e da região.

Atualmente, as quatorze famílias indígenas Atikum vivem em lotes de 40 hectares totalizando uma área de 1400m², uma vida em comunidade bastante pacata marcada pela precariedade econômica e política, que é o reflexo de um modelo político particular do extremo Oeste baiano, que enaltece o agronegócio e excluem comunidades como a do Benfica. Como relata uma das líderes indígenas: “O Benfica está esquecido de tudo, pra esses políticos a gente aqui não existe.”

Figura 2: Mapa de Localização do Assentamento Benfica



Fonte: Borges (2016)

Esse assentamento possui, aproximadamente, trinta anos de existência, e sempre houve debates acerca deste território pertencer à Angical ou Cotegipe, por ser área de fronteira entre os dois municípios. Em entrevista com o diretor da agência 10envolvimento – Associação de Desenvolvimento Solidário e Sustentável (ADES), Martin Mayer relatou que nos idos da década de 1980, havia uma família detentora da fazenda onde atualmente é o assentamento Benfica.

Naquela época haviam duas famílias (seu Juvenal e Zé novo) que trabalhavam para os donos da terra, que posteriormente com a ajuda da CPT (Comissão da Pastoral da terra) e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) reivindicaram pela legalização da Reforma Agrária em Angical nos idos de 1985, conseguiram ajudar no processo de criação do assentamento citado.

Dessa forma, mais de 140 lotes foram distribuídos às famílias que buscaram a terra pelo do movimento antes mencionado. Mas nesta mesma associação se encontram os Atikuns, que vivem em um pedaço de terra em uma estrutura de agrovila de 1.400 m², são quatorze famílias indígenas que sobrevivem da pesca no Rio Grande, que é comercializado na cidade.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em uma assembleia legislativa ocorrida na década passada, definiu a fronteira como sendo parte de Cotegipe, mesmo todas as atividades como acesso à escola de Ensino Médio, à saúde, votação eleitoral, ao comércio, sejam desenvolvidas na cidade de Angical.

Até os dias atuais, há questionamentos do porque este território pertencer a Cotegipe, no entanto, em termos legais, a situação está arquivada. Todavia, por uma questão de pertencimento à Angical, já declarado pelos indígenas, o assentamento será considerado no contexto desta pesquisa, como parte da zona rural da cidade supracitada.

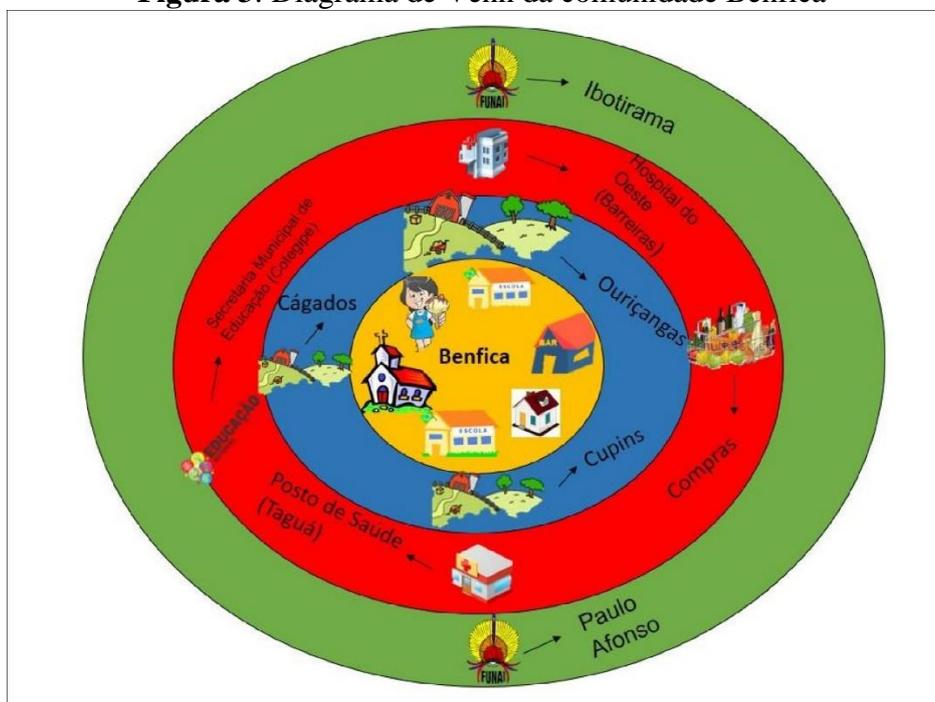
O município de Angical não entra na lista dos mais produtivos da região, embora os moradores mais antigos afirmem que foi grande produtor de alimentos no início do século passado até a década de 1970 quando exportavam seus produtos, como milho, feijão, carne e couro através do Rio Grande até o Rio São Francisco rumo a Juazeiro (BORGES e LAVORATTI, 2013).

Assim, a cidade de Angical foi perdendo território e hoje possui somente 1.638, 72 km², uma população de 14.073 habitantes (IBGE, 2015) uma agricultura incipiente com destaque para o milho, o feijão e a mandioca. Na pecuária, com algumas fazendas de grande porte como é o caso da família Balbino, que se mantém na área desde o século XIX, e pequenos produtores.

Segundo Superintendência de Estudos Econômicos do Estado da Bahia, o total de cabeças de gado bovino chega a cem mil, de suínos cinquenta mil, de aves este mesmo número, e caprinos e muares em menor quantidade. Com estes dados, pode – se ter uma noção do que levou boa parte da população a reclamar pelo direito à propriedade da terra diante do grande índice de desemprego e a falta de terra para plantar.

Para melhor analisar o papel das instituições que atuam no lugar de moradia do grupo indígena, foi construído o diagrama de venn (DRP, 2006) a fim de analisarmos tanto a organização social quanto a espacialidade das instituições que possuem algum tipo de relação com a comunidade e a importância destes na melhoria de vida comunitária.

Figura 3: Diagrama de Venn da comunidade Benfica



Fonte: DRP (2006) Elaboração: Borges (2016).

Conforme exposto no diagrama (Figura 2), no primeiro círculo está a comunidade do Benfica na qual possui duas escolas municipais – São João e Indígena Atikum – ambas de Ensino Fundamental I e II, uma igreja católica que só é aberta uma vez ao ano, na celebração de missa do natal, uma sorveteria improvisada na casa de um moradora, e quatro bares, sendo um desses, além de vender bebidas alcólicas, refrigerantes, vende também mantimentos básicos, como: café, margarina, açúcar, macarrão, arroz, feijão, e produtos de limpeza.

No segundo círculo, observam-se os assentamentos próximos ao Benfica: Ouriçangas, Cágados e Cupins. Os três assentamentos citados, diferente do Benfica, é constituído de comunidades que exercem suas atividades voltados para o pasto de gado.

O terceiro círculo, evidencia-se a distância dos órgãos que dispõe de funções essenciais para a comunidade como: O Hospital do Oeste e supermercados, além de atendimento bancário na cidade de Barreiras; a secretaria municipal de educação responsável por auxiliar as escolas do assentamento, localiza-se em Cotegipe, o único contato que fazem é no início do ano letivo para a “participação” da jornada pedagógica.

Há também o posto de saúde no distrito de Taguá, que raramente vão, pois precisam atravessar o rio de canoa para ter acesso ao atendimento de saúde. Com esse impasse, no ano de 2015 o grupo indígena conseguiu através da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) um carro da marca S-10 para assistência em que podem locomover até a cidade de Angical.

Essa assistência inclui: atendimentos de saúde bucal, além de contar com a agente de saúde comunitária – previsto nos artigos 231 e 232 da CF de 88, através da portaria 204 de 29 de janeiro de 2007³ - na qual realiza palestras preventivas a cada mês juntamente com a médica cubana que trabalha em Cotegipe, conforme as figuras (a e b), quando é o caso de consultas específicas, os indígenas optam por vir para Barreiras, polo de prestação de serviços da mesorregião Oeste.

³ Decretos da Legislação da Constituição Federal do direito ao indígena à assistência saúde. Disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/legislacao-sesai> Acessado em: 25 de março de 2022.

Figura 4: Palestra preventiva sobre a água, ministrada por médica cubana.

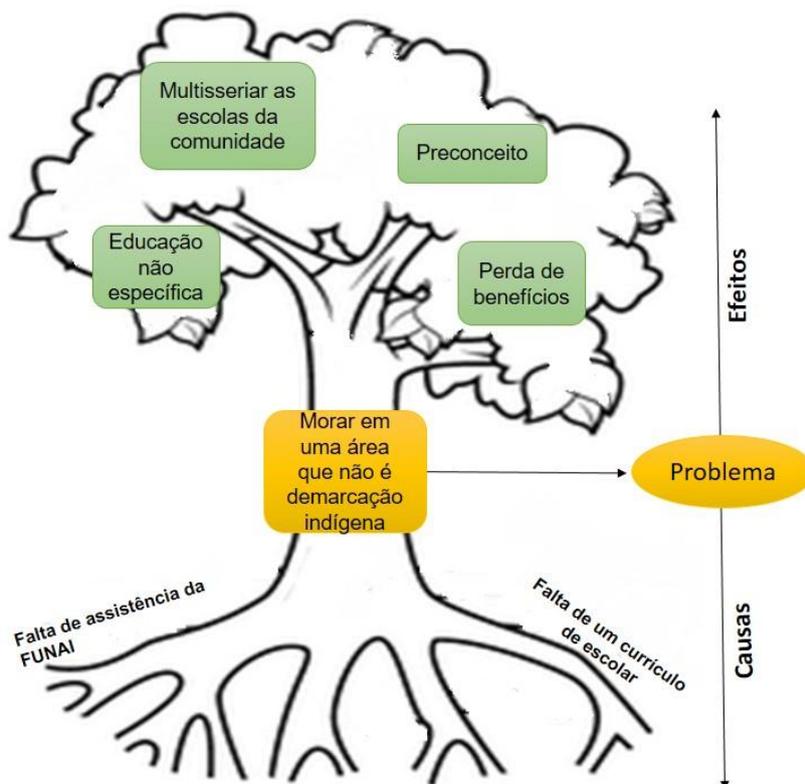


Fonte: fotografia da autora (2015).

O quarto e último círculo, refere-se ao órgão que deveria ser de maior importância para os indígenas, a FUNAI com sedes nas cidades de Ibotirama e Paulo Afonso, no entanto, conforme exposto no diagrama supracitado, bem como relatado pelo cacique, é o que possui maior distância e pouquíssimo contato. Embora há alguns anos, a FUNAI ajudou o grupo com ferramentas para arar o solo e sementes para plantio.

Entretanto, após a mudança de coordenação do órgão, a atual gestão nunca fez uma visita à comunidade do Benfica. Na tentativa de entrarmos em contato por e-mail e ligações telefônicas com a gestão atual, afim de investigar sua posição em relação à situação dos indígenas Atikum, não obtivemos sucesso. Assim, foi construído coletivamente com o grupo indígena a árvore do problema (Figura 5), para nos situar quanto à discussão e tratamento das questões que norteiam o atual modo de vida desse grupo.

Figura 5: Árvore do problema dos indígenas Atikum



Fonte: DRP (2006). Elaboração: Borges (2016).

O principal problema dos indígenas Atikum é o fato de morarem em uma terra que não é demarcação indígena, que possuem como raízes do problema a falta de um currículo específico escolar e a falta de assistência da FUNAI, visto que, a atual área de moradia faz parte do assentamento de Reforma Agrária de Angical - Bahia.

Entende-se por Terra Indígena (TI) uma área do território nacional, de propriedade da União, habitada por povos de uma ou várias etnias, na qual, desenvolvem suas atividades produtivas essenciais à preservação dos recursos ambientais, bem como, à ressignificação de sua cultura segundo seus usos e costumes (FUNAI, 2015).

Essa denominação de TI diferencia-se devido ao direito de posse específica, sendo do tipo originária do lugar e coletiva, além de evitar conflitos de terras entre indígenas e latifundiários. Por isso a demarcação é um direito reconhecido na legalidade da constituição de 1988 através do decreto nº 1775, de 8 de janeiro de 1996 atribuído no

Art. 1º da Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973 por iniciativa e orientação do órgão federal de assistência ao índio.

Assim, a demarcação de uma terra indígena garante aos povos indígenas o direito à terra, na qual declara-se a real extensão territorial, assegura a proteção dos limites demarcados e impede a ocupação por terceiros (ISA, 2006).

No caso dos indígenas Atikum, a FUNAI da cidade de Ibotirama - Bahia é a responsável por garantir a demarcação de terras, acontece que, há a promessa de muitos anos que até hoje não se cumpriu. O cacique relata que o grupo já se conformou, embora ainda enfrentem problemas na área em que residem.

Dessa problemática central emerge as consequências que o grupo indígena enfrenta, tais como: preconceito segundo relato por parte de algumas pessoas da própria comunidade, educação não específica, multisseriar as escolas e perdas de benefícios de âmbito de políticas públicas: repasses relacionados à gestão territorial e ambiental de terras indígenas, repasses direcionados à educação escolar indígena, recursos de apoio às políticas habitacionais voltados às terras indígenas, ações de etnodesenvolvimento e fomento à produção indígena e assistência técnico agrícola (FUNAI, 2015).

O cacique relata que no ano de 2015 conseguiram três grandes lotes pelo INCRA aproximadamente de 40 hectares, localizados há 2 km do assentamento Benfica, e desde então se articulam para construir as casas e reunir a família nesta mesma área, e conseguir recursos da FUNAI para a construção da escola indígena de ensino fundamental e médio, que é o principal objetivo do grupo indígena.

Diante do que foi exposto, percebe-se que a problemática dos indígenas Atikum está intrinsecamente ligada ao fato de não residirem em uma área de demarcação indígena. Por outro lado, o grupo pratica a autonomia de reelaborar seu modo de vida através de costumes como a pesca, plantio agroecológica, danças e rituais como o Toré, produção de artesanato. Tradições que contribui para a experiência de autoafirmação de sua identidade étnica indígena.

A arte da pesca

Comunidades como a do Benfica, é marcada por um processo de fragilidade econômica e política e buscam através de saberes que determinam as suas ações cotidianas garantir a reelaboração social e cultural e da sua relação com os recursos territorializados, como é o caso do grupo indígena Atikum com o Rio Grande.

Segundo Diegues (et al. 2000, p.30) “saberes e saber-fazer diz respeito ao conhecimento tradicional do mundo natural, transmitido oralmente de geração em geração”. Assim, o rio condiciona as expressões dessa (re)produção para as práticas ambientais, dão concretude à vida local, associa condições materiais que sustentam manifestações culturais construídas historicamente, por meio de saberes transmitidos de geração em geração (SILVA, 2007).

Conforme relata o Cacique:

Quando nós chegamos aqui metade dos meus 12 filhos ainda eram tudo pequeno, e aí eu acabei de criar eles aqui aprendendo a pescar. Agora todos os meus netos estão sendo criados na beira desse rio, já nascem sabendo nadar, essa é a maior riqueza que a gente tem na nossa comunidade.

Não obstante, Cunha (2007, p.69) aponta que estes “**saberes** é algo dinâmico [...] o que é **passado** de geração em geração, é **marcado** para se reproduzir no tempo, ainda que atualizado no fluxo da história”. (**Grifo nosso**). Significa dizer, que embora o capitalismo tenha forjado a tecnificação da pesca, a partir da revolução industrial na qual, esta atividade passou a ser regida por barcos de alta tecnologia, na beira do Rio Grande esta atividade ainda é exercida de canoa motorizada, o que permite muitas comunidades sobreviver do trabalho de homens que Diegues (1983) chama de “pescadores artesanais”.

Para o autor supracitado, o pescador artesanal desenvolve essa atividade em barco tanto de remo quanto de motor, geralmente é homens do mesmo grupo familiar que exploram recursos naturais limitados devido a pequena escala de produção, esses pescadores vivem exclusivamente da pesca.

Os Atikum desenvolvem a pesca e o artesanato, todos os homens indígenas trabalham como pescadores artesanais, uma vez que, trabalham e tiram o seu sustento da pesca que exercem através de canoa a motor. Para o grupo, essa atividade é considerada sua profissão, pois se reproduzem enquanto pescador, melhoram os barcos,

trocam os motores, é sua principal fonte de renda, e ensinam seus filhos o ofício desde a infância, como veremos a seguir.

Figura 6: Pai e filho na atividade de Pescaria no Rio Grande.



Fonte: fotografia da autora (2015).

Conforme os pais indígenas pescadores relataram, seus filhos veem a pescaria não só como uma profissão atual e futura, mas também como um momento de distração e alegria, ao ver que conseguiram pescar seus peixes. Alguns dos filhos preferem ir à pescaria com os pais a frequentar a escola, uma realidade que demonstra a necessidade de um outro modelo de educação, e também de significados na Geografia da pesca que fazem sentido para as crianças para que possam se reconhecer no meio em que vivem e aprendem.

Figura 7: Crianças indígenas voltando com o pescado para a comunidade



Fonte: fotografia da autora (2016)

Há também a divisão social do trabalho entre as mulheres indígenas. Enquanto os maridos se responsabilizam em navegar pelo rio nas noites de luas cheias - segundo o grupo é a melhor fase da lua para pescaria - as mães e filhas se responsabilizam no tratamento dos peixes, tanto para o consumo familiar, quanto para a venda. Assim, a atividade artesanal da pescaria não se configura somente como um meio de sustento, mas significa para o grupo de pescadores a “apropriação real desse meio de produção”, como conhecer o rio em que se pesca, o melhor ponto do talvegue do rio para lançar a rede, a dinâmica migratória dos peixes, as espécies disponíveis em cada rio, além de desenvolver a habilidade de captura, bem como, envolver todos os sujeitos indígenas em cada etapa do processo de pescaria.

Figura 8: mulher indígena tratando os peixes



Fonte: fotografia da autora (2016)

O Toré como meio para a reelaboração étnica Atikum

Segundo Grunewald (2008), Toré é um dos principais ícones da indianidade nordestina. Além de codificar a autoctonia dos indígenas desta região, hoje, é totalmente incorporado ao movimento indígena nordestino como expressão política. Assim, para os adultos e crianças Atikum que vivem em uma área em que tiveram que reterritorializar-se e reelaborar seu modo de vida, dançar o Toré é fazer um ritual, é ressignificar a experiência de suas próprias vidas, é lembrar a sua trajetória de lutas e conquistas, é o que reafirma sua identidade étnica e cultural. Em suas comemorações pode faltar qualquer coisa, menos o Toré.

Os Atikum, é um dos povos indígenas do Nordeste que mais buscou se especializar em tal ritual de dança. Este saber, que marcou sua identidade étnica, é dinâmico, a cada apresentação surgem novos elementos que incorporam o ritual para ganhar mais credibilidade enquanto grupo étnico perante o Estado, e por isso, convencionou-se dizer, que os Atikum são “regimados no Toré”. (ISA, 2010).

Desta forma, dançam enfeitados com suas roupas de palhas e cocás, pinturas no corpo, com os pés no chão, alteando suas vozes, com a alegria estampada no rosto, em

círculo a passos, rodeadas e bater das palmas, acompanha-se o chocalho para dar movimento ao som, conforme as figuras 9 e 10.

Figura 9: Crianças indígenas dançando o Toré



Foto: fotografia da autora, junho de 2014

Figura 10: indígenas dançando o Toré



Foto: fotografia da autora, junho de 2014

Destarte, o Toré fortalece a luta desse povo indígena como um dos vestígios diacríticos ressignificados do que é ser “índio”, bem como, um símbolo de ancestralidade a ser preservado pelas crianças, o momento em que estas representam-se a si mesmas e reivindicam seu lugar de visibilidade, a reapropriação ligada a essência da cultura que é passada de geração em geração (CUNHA, 2008).

Para (não) concluir

Ao longo da pesquisa podemos afirmar que os sujeitos indígenas enfrentam a ausência de políticas públicas devido a indefinição dos limites municipais: Cotegipe ou Angical, BA. Também ficou evidente que há entraves quanto a autonomia total de reelaboração identitária na comunidade, visto que, já havia outros moradores quando os Atikum se estabeleceram por lá e ainda há o estranhamento por parte desses outros sujeitos.

Todavia, o grupo indígena Atikum realiza a experiência de reelaboração do seu modo de vida pois, seus principais agentes: homens, mulheres e crianças são indígenas. Dessa forma, percebemos que se trata de uma realidade em processo contínuo de ressignificação e a expectativa do reconhecimento por parte de órgãos públicos de entorno para ações afirmativas de sua identidade étnica Atikum na comunidade.

Por fim, há a prática diária de valorização dos elementos que permeiam os seus modos de vida: o resgate dos rituais, danças, artesanatos e músicas além da preservação e conservação dos bens naturais dos seus territórios vividos, é uma possibilidade de auxiliá-los em sua autonomia e de reelaboração étnica diante da fronteira agrícola na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia, bem como no campo científico de iniciarmos a trilhar os itinerários de elaboração da Geografia vivida indígena Decolonial.

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda de. **DIÁSPORA: viver entre territórios. E entre culturas?** In: SAQUET, Marcos Aurélio, SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios**

e Territorialidades: teorias, processos e conflitos/– 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

BARBOSA, Altair Sales. **Ocupação Indígena no Sistema Biogeográfico do Cerrado**. In: GOMES, Horieste (Org.). **Universo do Cerrado**. 1aed. Goiânia –GO: Editora da UCG, 2008, v. 1 e 2, p. 79 -163.

BORGES, Édila Bianca Monfardini; LAVORATTI, Janes. **Problemática da criação de assentamentos rurais e o caso dos índios atikums em angical no estado da bahia/brasil**. 2013.

CLAVAL, Paul. **Etnogeografias – Conclusão**. Espaço e Cultura. Rio de Janeiro: UERJ, n.7, p.64 – 72, jan./ jun. 1999.

CUNHA, Lucia Helena de Oliveira. **ORDENS E DESORDENS SOCIOAMBIENTAIS: Saberes tradicionais em dinâmicas pesqueiras da costa paranaense**. Tese apresentada ao curso de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. – Curitiba, 2007.

CUNHA, Leonardo Campos Mendes. **TORÉ – DA ALDEIA PARA A CIDADE: Música e Territorialidade Indígena na grande Salvador**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da Escola de Música da Universidade Federal da Bahia. – Salvador, 2008.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores de Mar**. – São Paulo: ed. Ática, 1983.

_____. ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira; SILVA, Viviane Capezzuto da; FIGOLS, Francisca Ainda Barbosa; ANDRADE, Daniela. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. Universidade de São Paulo. – São Paulo, 2000.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **TORÉ E JUREMA: Emblemas Indígenas no Nordeste do Brasil**. Rev: Ciência e Cultura, Brasil, p.43-45, 01 de out. 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi- territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. **Lugar como a representação das existências**. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luisa Zeferino (Organizadore). **MANEIRAS DE LER: Geografia e Cultura**. – Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2009.

SILVA, Maria das Graças. **Práticas Educativas Ambientais, Saberes e modos de Vidas Locais**. Revista Cocar, v.01, n°1, jan./jun., 2007.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **Territorialidades Camponesas do Cerrado – O Saber Gerado a Partir do Conhecimento Local**. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 7, n°. 14, p. 1-35, ago., 2012.

Verdejo, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP/** por Miguel Exposito Verdejo, revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. - Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.